



**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A 53ª ASSEMBLEIA
GERAL ORDINÁRIA DA COMPANHIA CATARINENSE DE
ÁGUAS E SANEAMENTO - CASAN, QUE SERÁ REALIZADA NO
DIA 28 DE ABRIL DE 2023 ÀS 09h.**

Proposta Aprovada na Reunião do Conselho de Administração nº 405 de 27.03.2022

O Conselho de Administração da CASAN submete à apreciação de seus Acionistas a Proposta da Administração para **53ª Assembleia Geral Ordinária** apresentada a seguir de acordo com a **ORDEM DO DIA: AGO:** **a)** Aprovação das Contas dos Administradores e Demonstrações Financeiras instruídas com o parecer do Conselho Fiscal, Relatório Resumido do Comitê de Auditoria Estatutário e parecer dos Auditores Independentes, relativas ao exercício de 2022, em conformidade com o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial e correspondentes Notas Explicativas; **b)** Deliberação sobre a destinação dos resultados do exercício de 2022; **c)** Eleição de Membros Titulares e Suplentes do Conselho Fiscal; **d)** Eleição de Membros Titular e Suplente do Conselho Fiscal representante dos Acionistas Minoritários; **e)** Eleição de Membros Titular e Suplente do Conselho Fiscal representante dos Acionistas Minoritários Preferencialistas; **f)** Fixação dos honorários dos Administradores, membros titulares do Conselho Fiscal e membros do Comitê de Auditoria Estatutário.

a) APROVAÇÃO DAS CONTAS DOS ADMINISTRADORES E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INSTRUÍDAS COM O PARECER DO CONSELHO FISCAL, RELATÓRIO RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO E PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES, RELATIVAS AO EXERCÍCIO DE 2022, EM CONFORMIDADE COM O RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO, O BALANÇO PATRIMONIAL E CORRESPONDENTES NOTAS EXPLICATIVAS

O Relatório da Administração, bem como as Demonstrações Financeiras e correspondentes Notas Explicativas, instruídas com os pareceres do Conselho Fiscal, do Comitê de Auditoria Estatutário e dos Auditores Externos, relativas ao exercício de 2022 foram publicadas ao Mercado em 28 de março de 2023 e estão disponíveis para consulta no site da CVM e no Portal de Relações com os Investidores da Companhia (<https://ri.casan.com.br/>)

b) DELIBERAÇÃO SOBRE A DESTINAÇÃO DOS RESULTADOS DO EXERCÍCIO DE 2022

De acordo com o que estabelece a Resolução CVM nº 81/2022 em seu artigo 10º, parágrafo único, inciso II e visando disponibilizar aos acionistas as informações necessárias para as Deliberações relativamente a Destinação dos Resultados, informamos a proposta para destinação do resultado do exercício:

Proposta para Destinação dos Lucros

Composição do saldo de Lucros Acumulados (em milhares de Reais)	2022
Lucro Líquido do Exercício	91.990.122,67
Destinações	
i. Reserva Legal	4.599.506,13
ii. Dividendos (acionistas)	21.847.654,13
iii. Reserva para Investimentos e Capital de Giro	65.542.962,40

i. Reserva Legal

Constituída no valor de R\$ 4.599.506,13 em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social, correspondente a 5% (cinco por cento) do lucro do exercício.

A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensação de prejuízos.

O saldo da Reserva Legal em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 34.887.667,74.

ii. Dividendos

O art. 72º do Estatuto Social da Companhia prevê a destinação de 25% do lucro líquido do exercício para distribuição entre os acionistas na proporção de sua participação e prevê, ainda, em seu art. 7º §2º, que cada Ação Preferencial tem direito ao recebimento de dividendo, por Ação Preferencial, 10% (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária, bem como, a distribuição de quaisquer outros proventos em igualdade de condições com as Ações Ordinárias. Dessa forma, deverá ser considerado para pagamento como dividendo integral do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, o valor total de R\$ 21.847.654,13 sendo R\$0,02196579632 por cada ação ON e R\$0,02403646752 para cada ação PN.

Considerando que o parágrafo terceiro do artigo 72º do Estatuto da Companhia, bem como o parágrafo terceiro do art. 205 da Lei nº 6.404/1976 determinam que, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, os dividendos devem ser pagos em até 60 (sessenta) dias, contudo o mesmo dispositivo delega discricionariedade a Assembleia Geral para estender o prazo ao término do exercício social.

Considerando o volume de investimentos necessários nos próximos anos a administração da Companhia propõe:

1. A dilação do prazo de pagamento dos dividendos para o dia 20 de dezembro do exercício corrente.
2. A reversão dos valores destinados à dividendos para Futuro Aumento de Capital Social, observando que os acionistas que não concordarem com a medida de destinação ao AFAC do seu direito de crédito contra a companhia não são obrigados a aderir à proposta, ainda que essa proposta seja aprovada por maioria assemblear, assim, cada acionista pode individualmente decidir se irá atribuir o crédito referente aos dividendos a que faz jus à constituição de um adiantamento para futuro aumento de capital, nos termos propostos pela administração.

iii. Reserva para Investimentos e Capital de Giro

O parágrafo primeiro, art. 72º, do Estatuto da Companhia, prevê que o saldo remanescente após a dedução dos dividendos pode ser destinando a constituição de Reserva para Investimentos e Capital de Giro que terá a finalidade assegurar investimentos em bens do ativo permanente ou acréscimos ao capital de giro, para amortização de dívidas, sendo que seu montante não poderá exceder o valor do capital social podendo ser utilizada, também, na absorção de prejuízos.

A administração propõe a constituição da Reserva para Investimentos e Capital de Giro no montante de R\$65.542.962,40 para compor a Reserva destinada ao Plano de Investimentos em projetos de construção e expansão dos sistemas de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos, conforme estabelecido nos planos de Investimentos da Companhia ou suprimento de eventuais necessidades de Capital de Giro. O saldo da Reserva para Investimentos em 31 de dezembro de 2022 é de R\$457.134.683,25

4) Participação para os Administradores (Participação Estatutária)

Não haverá distribuição de valores para participação nos lucros do exercício aos administradores da Companhia.

Anexo A - Destinação do lucro líquido:

De acordo com o que estabelece a Resolução CVM nº 81/2022 em seu artigo 10º, Parágrafo único, Inciso II e visando disponibilizar aos acionistas as informações necessárias às suas deliberações, informamos:

1. Informar o lucro Líquido do Exercício:

O montante do lucro líquido do Exercício de 2022 é de R\$91.990.122,67

2. Informar o Montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprios já declarados:

O montante global dos dividendos é de R\$ 21.847.654,13 sendo R\$0,02196579632 para cada ação ON e R\$0,02403646752 para cada ação PN.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído:

O Percentual do lucro líquido do exercício a ser distribuído é de 25%;

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores:

Ano	Montante Global dos Dividendos	Dividendos por ação ON	Dividendos por ação PN
2020	29.306.850	0,0371617	0,04085020
2021	32.050.702	0,0349340	0,03832346
2022	21.847.654	0,0219657	0,02403646

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprios já declarados:

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe:

O montante bruto do dividendo, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe é ON = R\$10.403.644,82 e PN = R\$11.444.009,31 sendo R\$0,02196579632 para cada ação ON e R\$0,02403646752 para cada ação PN;

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio:

A forma de pagamento é a vista e o prazo de pagamento dos dividendos proposto para deliberação da AGO é 20 de dezembro de 2023.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio:

Não se aplica

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento:

A Data da declaração de pagamento dos dividendos, considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento, será o dia 28 de abril de 2023.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores:

Não se aplica.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro Líquido do Exercício e dos três últimos exercícios anteriores:

Ano	Valor R\$ 1,00
2020	112.503.999
2021	134.950.325
2022	91.990.122

b. Dividendo e juro sobre capital próprio nos três exercícios anteriores:

Ano	ON - Valor R\$ 1,00	PN - Valor R\$ 1,00
2020	13.955.642,97	15.351.207,27
2021	15.262.239,22	16.788.463,15
2022	10.403.644,82	11.444.009,31

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal:

a. Identificar o montante destinado à reserva legal

O montante destinado a reserva legal é de R\$4.599.506,13.

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

A reserva legal é calculada aplicando-se o percentual de 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício;

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos:

a) Descrever a forma de cálculo dos dividendos fixos e mínimos

O estatuto da Companhia em seu art. 72 prevê a distribuição de dividendos obrigatórios de 25% (vinte e cinco por cento) destinados aos acionistas, na proporção das ações que os mesmos possuírem, prevê ainda em seu art. 7º §2º que cada ação preferencial, tem o direito ao recebimento de dividendos 10% (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária, bem como, a distribuição de quaisquer outros proventos em igualdade de condições com as ações ordinárias;

b) Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos.

Sim, o lucro do exercício é suficiente;

c) Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa.

Não se aplica;

d) Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais.

Não se aplica;

e) Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe.

Não se aplica;

10. Em relação aos dividendos obrigatórios

a) Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto:

Conforme alínea a do Art. 72º do Estatuto Social da Companhia, dos lucros líquidos apurados, além do previsto nos artigos 192 a 203 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 25% (vinte e cinco por cento) serão destinados aos acionistas, como dividendos, na proporção das ações que os mesmos possuem;

Conforme § 2º do Art. 7º - do Estatuto social da Companhia, cada ação preferencial sem direito a voto, corresponderá às seguintes preferências: (a) direito ao recebimento de dividendo, por ação preferencial, 10% (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária; (b) distribuição de quaisquer outros proventos em igualdade de condições com as ações ordinárias, e (c) prioridade no reembolso de capital, sem prêmio;

b) Informar se ele está sendo pago integralmente:

O dividendo mínimo obrigatório está provisionado integralmente conforme determina o art. 68 do Estatuto Social da Companhia, contudo, conforme citado no item 2 da presente proposta, sendo a proposta da administração a reversão desses dividendos para aumento de capital social. Propôs-se, também, a dilatação de prazo de pagamento para 20 de dezembro do ano corrente, para os acionistas que optarem pelo recebimento em moeda corrente.

c) Informar o montante eventualmente retido:

Não houve retenção de dividendos.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da Companhia:

Não se aplica.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências:

Não se aplica.

13. Havendo destinação de resultados para reserva de lucros a realizar:

Não se aplica

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias:

Não se aplica.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital:

Não se aplica.

16. Havendo destinação de resultados para reserva de incentivos fiscais.

Não se aplica.

Art. 10º - III Comentários dos administradores sobre a situação financeira da companhia:

De acordo com o que estabelece a Resolução CVM nº 81/2021 em seu artigo 10º inciso III e visando disponibilizar aos acionistas as informações necessárias às suas deliberações, informamos:

2.1 Os diretores devem comentar sobre:

a) condições financeiras e patrimoniais gerais.

No exercício de 2022, a CASAN auferiu receita de aproximadamente R\$1,6 bilhão (16% superior ao ano anterior). Do total da receita apurada, 78% decorre dos serviços de abastecimento de água.

Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$1,3 bilhão em 2022, um incremento de 25% em relação ao exercício anterior. Nos custos, contribuíram para esse incremento as reposições inflacionárias sobre os salários dos funcionários e os encargos decorrentes; e os custos relacionados à estiagem verificada em Santa Catarina, como a contratação de caminhão pipa e outros inseridos nas rubricas de materiais e serviços de manutenção e operação. Nas despesas, as reposições inflacionárias ocasionaram a elevação nas rubricas de salários, encargos e também nas referentes ao plano de demissão incentivada. Além disso, observam-se elevações de IOF, em razão das CCBs contratadas e um montante de aproximadamente R\$16 milhões de créditos tributários prescritos, que após levantamento realizado, foram lançados na despesa.

Da mesma forma, observou-se elevação de 31% na despesa financeira líquida da Companhia, que foi apurada em R\$97 milhões no ano de 2022. Contribuíram para isso, os juros da 2ª operação de debêntures que está indexado ao CDI, o qual apresentou considerável elevação em 2021 e 2022 e a ampliação das variações monetárias e cambiais.

Esses fatores conduziram à redução de 32% no resultado líquido do exercício, que passou de R\$135 milhões em 2021 para R\$92 milhões em 2022 (valores arredondados matematicamente).

O quadro a seguir apresenta os resultados dos indicadores econômico-financeiros nos últimos exercícios.

INDICADORES	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Ativo Total (AT)	3.226.243	3.326.896	3.559.018	3.767.464	3.907.671	4.343.394
Patrimônio Líquido (PL)	1.306.667	1.246.082	1.257.038	1.324.157	1.671.985	1.860.910
Receita Operacional Líquida (ROL)	1.020.802	1.085.552	1.124.024	1.143.679	1.217.771	1.409.964
Lucro Líquido (LL)	(28.478)	(119.225)	119.686	112.504	134.950	91.990
Endividamento Geral ((PC + PNC - RD)/AT)	0,59	0,62	0,64	0,64	0,57	0,57
EBITDA	113.648	18.797	364.821	393.527	401.145	367.397
EBIT	35.328	(67.064)	271.269	277.228	278.595	236.213
Geração de Caixa	88.164	100.850	350.954	353.739	293.313	304.071
Endividamento Financeiro (EFT/AT)	0,36	0,35	0,36	0,39	0,36	0,38
Endividamento Curto Prazo (EFCP/EFT)	0,16	0,24	0,09	0,17	0,10	0,18
Margem Bruta (LB/ROL)	55,94%	55,78%	55,08%	50,85%	49,62%	44,37%
Margem Operacional (LO/ROL)	-3,58%	-18,04%	16,11%	14,69%	16,14%	9,69%
Margem Líquida (LL/ROL)	-2,79%	-10,98%	10,65%	9,84%	11,08%	6,52%
Margem EBITDA (EBITDA/ROL)	11,13%	1,73%	32,46%	34,41%	32,94%	26,06%
Rentabilidade Patrimonial (LL/(PL + RD))	-2,15%	-9,42%	9,38%	8,37%	7,98%	4,90%
Liquidez Geral ((AC + ARLP)/(PC + PNC - RD))	0,40	0,35	0,35	0,31	0,33	0,31
Liquidez Corrente (AC/PC)	1,37	0,87	1,32	0,87	1,08	0,76
Dívida Líquida / EBITDA	8,7	57,5	3,0	3,5	3,3	4,4
Impostos/Receita Bruta ¹	9,36%	9,32%	13,12%	14,70%	14,40%	12,74%

¹Impostos: PASEP + COFINS + IR + CSLL.

Obs.1: Para fins de Análise de Balanço, a Receita Diferida (antigo Resultado de Exercícios Futuros) deve ser retirada do Passivo Não Circulante e incluída no Patrimônio Líquido;

Obs.2: Em 2018 os resultados e os indicadores econômicos foram afetados pelas despesas relacionadas ao Plano de Demissão Voluntária Incentivada.

Analisando o quadro acima é possível verificar a redução dos indicadores no ano de 2022. Ativo Total, Patrimônio Líquido, Receita Operacional Líquida, Geração de Caixa e Impostos/Receita Bruta apresentaram evolução em relação aos resultados de 2021. Os demais indicadores finalizaram 2022 com resultados iguais ou menores dos verificados no ano anterior.

b) estrutura de capital

Não há hipótese de resgate de ações ou quotas, nem fórmula de cálculo.

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos.

Os indicadores tradicionalmente utilizados para contextualizar a capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros são os quocientes das dívidas bruta e líquida em relação ao EBITDA.

O EBITDA pode ser utilizado para verificar a geração operacional de caixa, ou seja, quanto a CASAN gera de recursos apenas em suas atividades operacionais, sem levar em consideração os efeitos financeiros e de impostos.

A tabela a seguir indica a evolução dessas relações nos três últimos exercícios:

2.1 – c – Relação Dívida Líquida/EBITDA

Em milhões R\$	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2022
Dívida Bruta	1.495.449	1.429.296	1.677.562
Caixa e aplicações financeiras	132.694	94.524	52.340
Dívida Líquida	1.362.755	1.334.772	1.625.222
EBITDA	393.527	401.145	367.397
Índice Dívida Bruta/EBITDA	3,80	3,56	4,57
Índice Dívida Líquida/EBITDA	3,46	3,33	4,42

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas.

As principais fontes de financiamentos para investimentos e capital de giro são: o Governo do Estado de Santa Catarina, que ao final de 2020 lançou o Programa Planejamento Hídrico. Este programa que prevê o financiamento estadual para a execução de obras visando a melhoria do abastecimento de água em locais onde a crise hídrica tem gerado impactos significativos; além dele, contamos com financiadores para nosso programa de investimentos já em execução há alguns anos, visando prioritariamente ampliação da cobertura de esgoto. São eles: a Caixa Econômica Federal, a AFD - *Agência Francesa de Desenvolvimento* e a JICA - *Japan International Cooperation Agency*. Dispomos ainda de Debêntures e CCBs emitidas com foco no financiamento para capital de giro.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.

Existe o planejamento de importantes captações para os próximos exercícios com o principal objetivo de realizar os investimentos necessários para a ampliação do atendimento de água e esgoto. A necessidade momentânea poderá ser feita com antecipação do “float” da arrecadação nos agentes credenciados, bem como emissão de títulos de valores mobiliários.

f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes.

Os contratos de empréstimos e financiamentos firmados pela Casan são compatíveis com os resultados das atividades e com a sua geração de caixa, estando absolutamente em dia com as obrigações assumidas nesses contratos.

10.1 f – EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Passivo Circulante		Passivo Não Circulante		Encargos incidentes
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	
<u>Operações no exterior:</u>					
Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD	57.744	66.087	194.454	283.752	Ver nota explicativa
Japan International Cooperation Agency - JICA	39.910	64.647	310.806	205.628	1,20% a.a. + Var. Cambial
Total Operações no exterior	97.654	130.734	505.260	489.380	
<u>Operações no país:</u>					
Caixa Econômica Federal – CAIXA – Obras	10.773	10.740	190.187	194.086	Ver nota explicativa
Debêntures	145.696	4.457	438.955	570.321	Ver nota explicativa
Banco Safra	25.271	-	27.417	-	Ver nota explicativa
Banco ABC	9.249	-	63.706	-	Ver nota explicativa
Banco do Brasil	9.127	-	38.187	-	Ver nota explicativa
Banco Santander	5.468	-	41.746	-	Ver nota explicativa
Banco Votorantim	2.681	-	47.917	-	Ver nota explicativa
Total Operações no país	208.265	15.197	848.115	764.407	
Total Empréstimos e Financiamentos	305.919	145.931	1.353.375	1.253.787	

Fonte: Notas Explicativas Balanço 2022

- Em 31 de dezembro de 2022 os contratos de empréstimos junto a AFD estavam sujeitos a COVENANTS (idem em 31 de dezembro de 2021).
- As amortizações do principal e dos encargos financeiros incorridos de empréstimos e financiamentos externos e internos vencíveis a longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:

Ano:	31 de dezembro de 2022
2023	272.817
2024	354.640
2025	308.734
Após 2026	723.103
Total	1.659.294

- c. Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira foram convertidos para reais, mediante a utilização das taxas de câmbio vigentes na data de fechamento, sendo 1 Euro equivalente a R\$5,5694 em 31 de dezembro de 2022 e R\$6,321 em 31 de dezembro de 2021 e, 1 Iene equivalente a R\$0,03957 em 31 de dezembro de 2022 e R\$0,04847 em 31 de dezembro de 2021.

Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD,

Em 18 de dezembro de 2012 foi assinado o contrato de financiamento junto a Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD, no montante de R\$350.660.000 (€99.756.000), que tem como objetivo realizar investimentos em infraestrutura de saneamento básico em municípios de médio porte localizados em Santa Catarina. A taxa de juros do financiamento é definida nas datas dos desembolsos, resultando em juros de 5,39% sobre €25.000.000 desembolsados em 22/10/2013, juros de 3,59% sobre €25.000.000 desembolsados em 07/12/2016 e juros de 3,68% sobre €49.756 desembolsados em 24/08/2017.

O financiamento teve prazo de carência de 5 anos. Após a carência, 10 anos de amortização, que se iniciou em 15/10/2017, sendo a última parcela em 15/04/2027. Em 07 de abril de 2021 foi assinado o 3º aditivo contratual que alterou o cronograma para o uso do recurso disponível no contrato de 31 de dezembro de 2018 para 31 de dezembro de 2023. Em 31 de dezembro de 2022 o saldo devedor é de R\$252.198.000 equivalente a €45.283.000.

Banco ABC 1

Em 31 de Maio de 2022, foi contratado uma CCB – Cédula de Crédito Bancário com o Banco ABC no valor de R\$47.000.000 (quarenta e sete milhões de reais), com juros de 100% do CDI – Certificado de Depósito Interfinanceiro – Taxa média – CDI “over extragrupo” DI – CETIP, capitalizado diariamente, acrescido da taxa de 3,15% a.a. pago a cada 90 dias. A amortização ficou com carência de 12 meses, com vencimento inicial em 19 de maio de 2023 e final em 28 de abril de 2027.

Banco ABC 2

Em 23 de Dezembro de 2022, foi contratado uma CCB – Cédula de Crédito Bancário com o Banco ABC no valor de R\$25.000.000 (vinte e cinco milhões de reais), com juros de 100% do CDI – Certificado de Depósito Interfinanceiro – Taxa média – CDI “over extragrupo DI – CETIP, capitalizado diariamente, acrescido da taxa de 3,15% a.a. pago a cada 90 dias. A amortização ficou com carência de 14 meses, com vencimento único em 16 de fevereiro de 2024.

Banco do Brasil

Em 20 de Abril de 2022, foi contratado uma CCB – Cédula de Crédito Bancário com o Banco do Brasil no valor de R\$47.000.000 (quarenta e sete milhões de reais), com taxa média do CDI divulgadas pela B3 – S.A. Brasil, Bolsa, Balcão e acrescida de uma sobretaxa efetiva de 2,5% ao ano paga mensalmente. A amortização ficou com carência de 12 meses, com vencimento inicial em 15 de abril de 2023 e final em 15 de março de 2027.

Caixa Econômica Federal – CAIXA – Obras

Os financiamentos obtidos da Caixa Econômica Federal - CAIXA referem-se a diversas linhas de crédito para investimentos em obras de saneamento básico, conforme abaixo:

Ano dos contratos	Vencimentos finais	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
2010	2032	17.956	18.948
2012	2034 a 2036	183.004	185.878
Total		200.960	204.826

O valor principal dos contratos e os encargos são pagos em bases mensais. Os contratos firmados têm carência de 14 a 46 meses para pagamento do principal. Os contratos de financiamentos com a Caixa Econômica Federal são garantidos pelas receitas tarifárias da Companhia.

Debêntures

Em 28 de janeiro de 2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a primeira emissão de 60.000 mil (sessenta mil) debêntures simples com valor nominal de R\$10.000,00 (dez mil reais), não conversíveis em ações, da espécie com garantia real nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, divididas em quatro séries, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição.

Em 13 de agosto de 2021 foi realizada uma nova assembleia geral dos Debenturistas para a alteração do início da amortização. A amortização do valor nominal unitário das debêntures será em parcelas mensais e consecutivas, sendo a primeira parcela devida em 12 de março de 2023 e a última em 14 de setembro de 2026.

A Remuneração contempla juros remuneratórios, a partir da respectiva data de liquidação, correspondentes à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra-grupo”, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, acrescida exponencialmente de sobretaxa equivalente a 5,75% a.a.

Japan International Cooperation Agency – JICA

Em 31 de março de 2010 foi realizada a contratação do financiamento junto ao Banco Japan International Cooperation Agency - JICA, para o Programa de Saneamento no Estado de Santa Catarina. O investimento total é de ¥12.324.000.000 para as obras e de ¥2.102.000.000 para consultoria, sendo que os juros incidentes são de 1,20% a.a e 0,01% a.a respectivamente. Até 31 de dezembro de 2022 a Companhia recebeu o montante de R\$323.499.000 (¥8.495.340.000) para as obras e de R\$66.407.000 (¥2.311.249.000) para consultoria. Este financiamento é garantido pela República Federativa do Brasil. O prazo de carência foi de 7 anos, após isso, são 19 anos de amortização. A amortização teve início em 20/03/2017 e finalizará em 20/03/2035. Em 31 de dezembro de 2022 o saldo devedor é de R\$ 350.716.000 equivalente a ¥ 8.863.179.000

Banco Safra

Em 30 de março de 2022, foi contratado uma CCB - Cédula de Crédito Bancário com o Banco Safra S/A no valor de R\$47.000.000 (quarenta e sete milhões de reais), com uma taxa de juros de 0,2304% ao mês e taxa CDI correspondente à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias dos CDI – “base over”, divulgadas pela B3 - S.A. Brasil, Bolsa, Balcão. A carência ficou de 12 meses, com vencimento inicial em 27 de março de 2023 e final em 12 de fevereiro de 2025.

Banco Santander

Em 05 de Agosto de 2022, foi contratado uma CCB – Cédula de Crédito Bancário com o Banco Santander no valor de R\$46.600.000 (quarenta e seis milhões e seiscentos mil reais), com juros de 100% do CDI – Certificado de Depósito Interfinanceiro – Taxa média – CDI/CETIP, capitalizado diariamente, acrescido da taxa de 4,16% a.a. pago mensalmente. A amortização ficou com carência de 12 meses, com vencimento inicial em 05 de agosto de 2023 e final em 05 de julho de 2027.

Banco Votorantim

Em 04 de Novembro de 2022, foi contratado uma CCB – Cédula de Crédito Bancário com o Banco Votorantim no valor de R\$50.000.000 (cinquenta milhões de reais), com encargos de 100% da taxa média diária dos depósitos interfinanceiros (Taxa DI), acrescido de 3,% a.a., pago mensalmente. A amortização ficou com carência de 12 meses, com vencimento inicial em 04 de dezembro de 2023 e final em 03 de novembro de 2025.

ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

Não há outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

iii) grau de subordinação entre as dívidas.

Fonte Recurso	Inferior a 1 ano (2022)	Superior a 1 ano e inferior a 3 anos (2023 e 2024)	Superior a 3 anos e inferior a 5 anos (2025 e 2026)	Superior a 5 anos (após 2026)	Total
CEF	10.800.533,39	24.141.859,03	27.217.649,72	142.665.894,21	204.825.936,35
GOV DO ESTADO	11.406.269,06	19.111.036,49	-	-	30.517.305,55
JICA	47.934.697,32	95.869.394,64	95.869.394,64	30.105.996,62	269.779.483,22
AFD	63.056.055,21	126.112.110,42	126.112.110,42	31.528.027,63	346.808.303,68
Debêntures	-	306.977.073,55	293.022.926,45	-	600.000.000,00
ABC	-	45.307.951,03	22.117.647,06	5.529.411,77	72.955.009,86
Banco do Brasil	-	20.876.712,13	23.499.999,92	2.937.499,99	47.314.212,04
Santander	-	17.118.485,49	23.299.999,92	6.795.833,47	47.214.318,88
Safra	-	48.770.810,62	3.916.666,74	-	52.687.477,36
Votorantim	-	27.680.631,46	22.917.100,00	-	50.597.731,46
Total	133.197.554,98	731.966.064,86	637.973.494,87	219.562.663,69	1.722.699.778,40

Fonte: GFI

*EURO: 6,321

*IENE: 0,04847

iv) eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.

Contrato:

CRB 1036 01M

Agente Financiador:

Agence Française e Developpement – AFD

Partes:

Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN, *Agence Française e Developpement – AFD* e Governo do Estado de Santa Catarina

Data:

18/10/2012

Restrições quanto a Limites de Endividamento e Contratação de novas dívidas:

A Tomadora do Empréstimo não contrairá nem manterá qualquer Dívida, exceto as Dívidas Autorizadas, exceto se:

(i) O Índice de todas as Coberturas Projetadas de Serviço da Dívida, calculado para as próximas [5] datas de fechamento anuais e as [5] datas de fechamento semestrais, tomando em consideração o Endividamento adicional contemplado, são maiores do que [1.3];

(ii) O Quociente de Alavancagem, calculado para as próximas [5] datas de fechamento anuais e as [5] datas de fechamento semestrais, tomando em consideração o Endividamento adicional contemplado, são menores do que [70%].

A Tomadora do Empréstimo se compromete a notificar prontamente a Mutuante caso deva contrair outras Dívidas Autorizadas.

Sendo que:

Dívida Autorizada

significa:

- a) qualquer Dívida devida e exigível em prazo inferior a um ano, inclusive contas a pagar a fornecedores necessários no curso normal dos negócios da Tomadora do Empréstimo;
- b) Dívida a médio e longo prazo relativa ao Contrato;
- c) qualquer Dívida existente na Data da Assinatura deste Contrato, enumerada (Anexo 6 - *Empréstimos Existentes na Data da Assinatura*);
- d) qualquer nova Dívida assumida com o consentimento prévio por escrito da Mutuante.

Índices Financeiros

A Tomadora do Empréstimo se compromete a cumprir os seguintes índices financeiros:

- (i) o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida não será inferior a 1.3;
- (ii) o Quociente de Alavancagem não excederá 70%;
- (iii) o Quociente da Dívida Financeira pela EBITDA não será maior do que:
. 4,5 em cada data de fechamento até dezembro de 2015;

- . 4,0 em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2016;
- . 3,5 em cada data de fechamento posterior;
- (iv) o Índice de Liquidez Corrente não será inferior a
 - . 1,25 em 31 de dezembro de 2012;
 - . 1,4 em cada data de fechamento posterior.

Restrições quanto a Distribuição de Dividendos:

Exceto se acordado de outra forma pela Mutuante, a Tomadora do Empréstimo se compromete a não distribuir dividendos a seus acionistas, além do valor mínimo legal. Após um período de 5 (cinco) anos, a Tomadora do Empréstimo terá o direito de distribuir dividendos ficando disposto que: (i) um Modelo Financeiro satisfatório e atualizado seja enviado pela Tomadora do Empréstimo; e (ii) tal distribuição autorizada não comprometa a situação financeira da Tomadora do Empréstimo.

Restrições quanto a Alienação de Ativos:

A Tomadora do Empréstimo se compromete a não dispor de seus ativos, exceto em uma Alienação Autorizada.

Sendo:

Alienações Autorizadas

Significa:

- (a) ativos que estão obsoletos ou não necessários para o projeto ou ativos que não são essenciais para o funcionamento ou desenvolvimento do negócio principal da Tomadora de Empréstimo, eliminados em condições normais de uso, ou que são vendidos, alugados, transferidos ou alienados no curso normal dos negócios da Tomadora de Empréstimo em condições normais de concorrência, ou quando a alienação seja permitida nos termos de qualquer outra disposição do presente Contrato;
- (b) ativos (incluindo, mas não limitado a ativos necessários para o Projeto), que são vendidos, alugados, transferidos ou cedidos em troca de outros ativos comparáveis ou superiores quanto ao tipo, valor, qualidade e quantidade;
- c) ativos relacionados a quaisquer alterações que possam ser necessárias nos termos de uma mudança na legislação, desde que informado previamente à Mutuante sobre os ativos a serem alienados;
- d) ativos que não excedam o valor total de um por cento (1%) do total de ativos da Tomadora de Empréstimo e de suas Subsidiárias determinado pelo último balanço anual auditado da Tomadora de Empréstimo; o'

Restrições quanto a Emissão de novos valores mobiliários:

Não há.

Restrições quanto a Alienação de Controle Societário:

A alteração no controle da empresa é considerado um evento de inadimplemento.

Agente Financiador:

Caixa Econômica Federal (CEF).

Partes:

Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN e CEF – Caixa Econômica Federal.

Data:

30.04.2010 e 16.04.2012

Restrições quanto a Limites de Endividamento e Contratação de novas dívidas:

Penhor dos direitos emergentes de contratos de concessão ou contratos programa limitados a 03 vezes o encargo mensal. Fluxo de 03 vezes o valor a ser pago no mês em cobranças na conta 7667-0; manutenção de 1 vez a cobrança mensal na conta 7661-1 que fica bloqueado até o fim do contrato e garantia fidejussória do Estado de SC.

Restrições quanto a Distribuição de Dividendos:

Não há.

Restrições quanto a Alienação de Ativos:

Não há.

Restrições quanto a Emissão de novos valores mobiliários:

Não há.

Restrições quanto a Alienação de Controle Societário

Não há.

g) limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

	31 de dezembro de 2022		
	Valor Contratado	Valor utilizado	Percentual utilizado
<u>Operações no exterior</u>			
Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD	350.660	328.244	94%
Japan International Cooperation Agency - JICA	570.837	427.616	75%
Total Operações no exterior	921.497	755.860	82%
<u>Operações</u>			
Caixa Econômica Federal - Obras	332.426	248.609	75%
Debêntures - 2º Emissão	600.000	600.000	100%
Banco do Brasil	47.000	47.000	100%
Banco Safra	47.000	47.000	100%
Banco ABC	72.000	72.000	100%
Banco Santander	46.600	46.600	100%
Banco Votorantim	50.000	50.000	100%
Total Operações no país	1.195.026	1.111.209	93%
Total Empréstimos e Financiamentos	2.116.523	1.867.069	88%

Fonte: GFI

A Companhia possui contratos de financiamento destinados a obras específicas, cujos recursos são liberados à medida que tais obras são executadas, não podendo ser utilizados para projetos que não sejam objetos do contrato (vide quadro do endividamento no item 2.1.f).

h) alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

2.1 h – Principais variações nas contas patrimoniais

Principais variações nas contas patrimoniais de 31/12/2022 em relação à 31/12/2021:

Balanços Patrimoniais	2022	AV	2021	AV	AH
Caixa e equivalentes de caixa	351.247	0,0%	141.579	0,0%	148,1%
Títulos e valores mobiliários	51.988.653	1,2%	94.382.368	2,4%	(44,9%)
Contas a receber de clientes	272.132.800	6,3%	218.501.208	5,6%	24,5%
Partes relacionadas	5.388.211	0,1%	4.850.311	0,1%	11,1%
Estoques	130.961.141	3,0%	66.030.761	1,7%	98,3%
Impostos e contribuições antecipados/recuperar	54.798.370	1,3%	84.086.810	2,2%	(34,8%)
Outros	16.501.367	0,4%	15.092.061	0,4%	9,3%
Ativo Circulante	532.121.789	12,3%	483.085.098	12,4%	10,2%
Contas a receber de clientes	27.419.355	0,6%	27.750.987	0,7%	(1,2%)
Depósitos dados em garantia	116.551.246	2,7%	103.948.770	2,7%	12,1%
Ativo fiscal diferido	60.611.262	1,4%	90.284.037	2,3%	(32,9%)
Ativos financeiros	8.324.484	0,2%	12.489.597	0,3%	(33,3%)
Direito de Uso de Bem	14.836.701	0,3%	21.167.483	0,5%	(29,9%)
Ativo Realizável a Longo Prazo	227.743.048	5,2%	255.640.874	6,5%	(10,9%)
Investimentos	34.485	0,0%	303.589	0,0%	(88,6%)
Imobilizado	58.488.991	1,3%	42.747.457	1,1%	36,8%
Intangível	2.381.892.737	54,8%	1.878.531.238	48,1%	26,8%
Obras em andamento	1.143.112.471	26,3%	1.247.362.399	31,9%	(8,4%)
Ativo Permanente	3.583.528.684	82,5%	3.168.944.683	81,1%	13,1%
Ativo Não Circulante	3.811.271.732	87,7%	3.424.585.558	87,6%	11,3%
Ativo	4.343.393.521	100,0%	3.907.670.656	100,0%	11,2%
Empréstimos e financiamentos	305.918.395	7,0%	145.931.087	3,7%	109,6%
Fornecedores e empreiteiros	141.912.871	3,3%	41.638.147	1,1%	240,8%
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	59.091.269	1,4%	49.168.276	1,3%	20,2%
Plano de demissão voluntária incentivada	85.872.432	2,0%	77.756.416	2,0%	10,4%
Impostos e contribuições à recolher	74.318.249	1,7%	86.955.871	2,2%	(14,5%)
Dividendos propostos	21.848.721	0,5%	32.051.442	0,8%	(31,8%)
Contratos de Arrendamento Mercantil	11.872.062	0,3%	10.752.379	0,3%	10,4%
Outros	3.309.683	0,1%	2.253.118	0,1%	46,9%
Passivo Circulante	704.143.682	16,2%	446.506.735	11,4%	57,7%
Empréstimos e financiamentos	1.353.375.315	31,2%	1.253.787.273	32,1%	7,9%
Partes relacionadas	27.270.585	0,6%	42.515.499	1,1%	(35,9%)
Impostos e contribuições a recolher	4.755.085	0,1%	12.449.454	0,3%	(61,8%)
Plano de demissão voluntária incentivada	195.678.008	4,5%	251.091.432	6,4%	(22,1%)
Obrigações trabalhistas, previdenciárias e participações	3.176.482	0,1%	3.176.482	0,1%	-
Provisão para contingências	79.890.859	1,8%	78.124.420	2,0%	2,3%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	66.186.782	1,5%	71.680.824	1,8%	(7,7%)
Plano previdenciário	25.124.513	0,6%	45.241.848	1,2%	(44,5%)
Contratos de Arrendamento Mercantil	4.615.390	0,1%	11.851.559	0,3%	(61,1%)
Receita diferida	18.266.418	0,4%	19.260.015	0,5%	(5,2%)
Passivo Não Circulante	1.778.339.437	40,9%	1.789.178.804	45,8%	(0,6%)
Capital social	1.118.641.023	25,8%	1.030.563.140	26,4%	8,5%
Adiantamento para futuro aumento de capital	86.662.978	2,0%	45.850.454	1,2%	89,0%
Reserva de reavaliação	80.545.734	1,9%	83.115.594	2,1%	(3,1%)
Ajuste patrimonial	84.460.739	1,9%	96.768.957	2,5%	(12,7%)
Reserva legal	34.887.668	0,8%	30.288.162	0,8%	15,2%
Reserva para fundo de investimentos	457.134.683	10,5%	410.864.307	10,5%	11,3%
Outros resultados abrangentes	(1.422.423)	0,0%	(25.465.498)	-0,7%	(94,4%)
Patrimônio Líquido	1.860.910.402	42,8%	1.671.985.116	42,8%	11,3%
Passivo	4.343.393.521	100,0%	3.907.670.656	100,0%	11,2%

ATIVO

Circulante:

No ano de 2022 verificou-se a ampliação do ativo circulante em 10,2%. O total do grupo passou de R\$483 milhões ao final de 2021 para R\$532 milhões ao final de 2022. Esse acréscimo deve-se principalmente à elevação verificada nas contas a receber (reflexo do reajuste ocorrido nas tarifas) e no valor dos materiais em Estoque ao final dos anos (devido ao aumento dos preços dos materiais e do volume de obras e também mudança na política de aquisição de materiais para estoque).

Não Circulante

O ativo realizável a longo prazo reduziu-se 10,9% na comparação entre 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2022. Esta diminuição deve-se principalmente à redução verificada no Ativo Fiscal Diferido, que decresceu aproximadamente R\$30 milhões no período, em razão de um ajuste realizado no LALUR de 2018, referente à reavaliação.

O ativo permanente cresceu 13,1% no ano, aproximando-se de R\$3,6 bilhões em 31 de dezembro de 2022. A elevação verificada no grupo deve-se principalmente ao incremento de R\$503 milhões (26,8%) de intangíveis observado no período. Esse movimento está relacionado à continuidade do plano de ampliação da cobertura de água e esgoto da Companhia.

PASSIVO

Circulante:

O Passivo circulante cresceu 57,7% no período, passando de aproximadamente R\$447 milhões em 2021 para R\$704 milhões em 2022. Essa ampliação pode ser atribuída ao início do período de amortização da 2ª emissão de Debêntures.

Não Circulante:

O passivo não circulante reduziu-se 0,6% no período, o que corresponde a um decréscimo de aproximadamente R\$11 milhões. Essa redução pode ser atribuída à transferência das parcelas dos próximos doze meses do plano de demissão voluntária incentivada para o ativo circulante, as quais totalizaram R\$55 milhões no período. Também contribuiu o menor valor apontado pelo cálculo atuarial do Plano de Previdência Complementar – CASANPREV, que resultou numa diminuição de R\$20 milhões na rubrica plano previdenciário. Os decréscimos verificados no grupo foram parcialmente compensados pela elevação de aproximadamente R\$100 milhões verificada em empréstimos e financiamentos, a qual está relacionada à contratação de algumas operações de CCB em 2022.

Patrimônio Líquido:

O ano de 2022 foi concluído com o patrimônio líquido da CASAN na ordem de R\$1,9 bilhão. Esse valor é aproximadamente R\$189 milhões superior ao saldo apurado ao final de 2021, o que corresponde a uma variação de 11,3%. O incremento relaciona-se majoritariamente ao aumento de capital na ordem de R\$88 milhões (que pode ser atribuído aos aportes do Governo do Estado de Santa Catarina em decorrência do planejamento hídrico) e também à ampliação do Adiantamento para Futuro Aumento de

Capital. O lucro líquido apurado no exercício também contribuiu para esse incremento, já que uma parcela do resultado foi atribuída à reserva para fundo de investimentos.

2.1.hi - Condições Financeiras e Patrimoniais Gerais

Principais variações nas contas de resultado de 31/12/2022 em relação a 31/12/2021:

Demonstrações do Resultado	2022	AV	2021	AV	AH
Tarifas de Água	1.216.288.316	78%	1.061.408.043	79%	15%
Tarifas de Esgoto	322.193.078	21%	257.736.162	19%	25%
Outras	17.254.719	1%	23.193.875	2%	(26%)
Receita Bruta	1.555.736.113	100%	1.342.338.079	100%	16%
Deduções da Receita	(145.771.826)	(9%)	(124.567.275)	(9%)	17%
Receita Operacional Líquida	1.409.964.287	91%	1.217.770.804	91%	16%
Custo dos Serviços Prestados	(784.342.517)	(50%)	(613.490.543)	(46%)	28%
Lucro Bruto	625.621.770	40%	604.280.262	45%	4%
Com Vendas	(91.636.579)	(6%)	(73.801.506)	(5%)	24%
Gerais e Administrativas	(314.095.142)	(20%)	(259.173.426)	(19%)	21%
Fiscais e Tributárias	(952.164)	(0%)	(446.876)	(0%)	113%
Despesas Operacionais	(406.683.885)	(26%)	(333.421.808)	(25%)	22%
Outras Receitas Operacionais	18.281.475	1%	9.959.743	1%	84%
Outras Despesas Operacionais	(8.272.138)	(1%)	(6.459.215)	(0%)	28%
Reversão de Provisões Cíveis e Trabalhistas	7.265.298	0%	4.236.566	0%	71%
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	17.274.635	1%	7.737.094	1%	123%
Lucro Operacional Antes do Resultado Financeiro	236.212.520	15%	278.595.547	21%	(15%)
Receitas Financeiras	32.967.708	2%	17.439.110	1%	89%
Despesas Financeiras	(130.403.573)	(8%)	(91.955.248)	(7%)	42%
Resultado Financeiro	(97.435.865)	(6%)	(74.516.138)	(6%)	31%
Lucro Antes do Imp. de Renda e Contr. Social	138.776.655	9%	204.079.410	15%	(32%)
Provisão para Imposto de Renda	(38.171.281)	(2%)	(49.990.852)	(4%)	(24%)
Provisão para Contribuição Social	(14.289.434)	(1%)	(18.681.008)	(1%)	(24%)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	5.494.042	0%	5.265.310	0%	4%
Imposto de Renda e Contribuição Social Ativo Fiscal Diferido	180.140	0%	(5.722.533)	(0%)	103%
Provisões de Impostos	(46.786.533)	(3%)	(69.129.084)	(5%)	(32%)
Lucro Líquido do Exercício	91.990.122	6%	134.950.326	10%	(32%)
Quantidade de Ações	949.739.585		874.960.411		9%
Lucro/Prejuízo por Ação	0,09686		0,15424		(37%)

Receita:

A receita operacional líquida da Companhia atingiu o patamar de R\$1.410 milhões, representando um crescimento de 16%. Esse crescimento pode ser atribuído ao incremento ocorrido no ano no número de ligações de água e esgoto e ao reajuste tarifário (de 16,01% a.a.) aplicado em julho/2022, referente ao período de setembro/2020 a fevereiro/2022.

Custo dos Serviços Prestados

O custo dos serviços prestados pela CASAN em 2022 foi aproximadamente R\$171 milhões superior ao apurado no ano anterior, uma variação de 28% no período. Sua representatividade em relação à receita bruta passou de 46% em 2021, para 50% em 2022.

A elevação do montante dos custos dos serviços prestados deveu-se principalmente aos acréscimos de: R\$44 milhões observado na rubrica fundos para programas municipais (devido ao aumento do número de municípios beneficiados); e R\$42 milhões em rubricas relacionadas às despesas de pessoal. O salário

da categoria é reajustado pelo INPC, que resultou em 12,47% para o período de maio/2021 a abril/2022 (a data base da categoria é 1º de maio). Além disso, o quadro de funcionários total passou de 2574 em 2021 para 2592 em 2022. Adicionalmente, foram verificados acréscimos de R\$23 milhões em materiais e serviços de manutenção e operação e de R\$9 milhões nos materiais de tratamento, o que refletem o aumento dos preços ocasionado pela inflação.

Lucro Bruto:

Como consequência do apontado acima, o lucro bruto verificado pela CASAN em 2022 foi R\$21 milhões superior ao apurado no ano anterior, ou seja, 4% maior. Como percentual da receita bruta, observou-se a redução de 45% em 2021 para 40% em 2022.

Despesas Operacionais:

As despesas com vendas apuradas em 2022 são aproximadamente R\$18 milhões superiores ao montante verificado no ano anterior, ou seja, uma variação de 24%. Como percentual da receita bruta, as despesas com vendas ampliaram sua representatividade, passando de 5% para 6%.

As despesas administrativas elevaram-se em aproximadamente R\$55 milhões em relação ao ano anterior, o que representa 21% de incremento. Como percentual da receita bruta, as despesas gerais e administrativas também ampliaram sua representatividade, passando de 19% ao final de 2021 para 20% ao final de 2022. Essa elevação está relacionada à incidência do INPC sobre o plano de demissão voluntária incentivada e ao lançamento na despesa dos R\$16 milhões de créditos tributários prescritos.

As despesas fiscais e tributárias foram apuradas a valor 113% maior do que no ano anterior, o que pode ser atribuído a majoração da taxa de juros que remunera o REFIS. Essas despesas tem uma representatividade muito pequena em relação à receita bruta, a qual praticamente não oscilou no período.

Em 2022, as outras receitas e despesas operacionais líquidas elevaram-se em aproximadamente R\$10 milhões, ou em 123%, passando de uma receita líquida de R\$7,7 milhões em 2021 para uma receita líquida de R\$ 17,3 milhões em 2022. Esse acréscimo decorre principalmente do valor recebido da empresa Neoway após seu acordo de leniência assinado junto à Controladoria Geral do Estado, o qual elevou o valor de outras receitas operacionais.

Resultado Financeiro:

O resultado financeiro compreende principalmente os juros de endividamento e as despesas cambiais e monetárias referentes às dívidas da Companhia, parcialmente compensados por receitas com rendimentos de aplicações, descontos, multas e acréscimos auferidos, sobretudo em razão de acordos firmados referentes a contas a receber.

No exercício de 2022 as despesas financeiras líquidas ampliaram-se em aproximadamente R\$23 milhões, sendo 31% superiores às do ano anterior. As despesas financeiras cresceram R\$38 milhões e as receitas financeiras cresceram R\$15,5 milhões no período.

Como já mencionado anteriormente, as principais razões para a ampliação das despesas financeiras foram: a. os juros da 2ª operação de debêntures que está indexado ao CDI, o qual apresentou considerável elevação; b. variação cambial do contrato assinado junto à AFD, que ocasionou a ampliação

das variações monetárias e cambiais apuradas em 2022.

Contribuiu para a ampliação da receita financeira uma reclassificação realizada em 2022 que transportou os acréscimos por inadimplência contratual, que antes estavam junto à receita com tarifas, para a receita financeira.

Lucro Líquido:

Em consequência dos valores apurados e descritos anteriormente, o lucro líquido verificado no exercício de 2022 é 32% inferior ao apurado em 2021, uma redução de aproximadamente R\$43 milhões. Como percentual da receita bruta, o resultado também reduziu sua participação no período, passando de 10% para 6%.

2.2 - Os diretores devem comentar:

a) resultados das operações do emissor, em especial:

i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita.

A receita da Companhia é gerada por meio de suas atividades de prestação de serviços de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto sanitário, as quais são decorrentes de contratos de concessão e de programa com 194 municípios: 193 no Estado de Santa Catarina, e 1 município no Estado do Paraná, equivalente a 2/3 (66%) dos municípios do Estado de Santa Catarina.

Em 2021, a CASAN atendeu uma população de aproximadamente de 2,9 milhões de pessoas, nos 194 municípios atendidos com operação de abastecimento de água, além de fornecer água no atacado para outros quatro municípios clientes, com população somada de mais de 200 mil pessoas. Com a prestação dos serviços de esgotamento sanitário a Companhia beneficiou mais de 800 mil pessoas.

O crescimento da receita da Companhia está diretamente relacionado ao aumento do número de ligações atendidas e dos reajustes tarifários. No último ano as ligações de água cresceram 1,7% e as de esgoto elevaram-se em 16,3% no mesmo período. Essas elevações decorrem dos investimentos realizados pela Companhia para ampliar a cobertura de esgoto que passou de 26,64% em 2020 para 29,54% em 2021, e também para atender o crescimento vegetativo verificado nos municípios atendidos.

Apesar do crescimento vegetativo e do início da operação de novos sistemas de esgotamento sanitário, em 2021 os volumes faturados totais de água e esgoto apresentaram uma redução de 2,8% e 0,1% respectivamente, ainda em decorrência principalmente da extinção do faturamento de volume mínimo de 10 metros cúbicos, e da saída do município de Porto Belo.

ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 a Companhia auferiu aproximadamente R\$1.556 milhões de receitas provenientes dos serviços de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto sanitário. As tarifas de água representaram R\$1.216 milhões e as tarifas de esgoto R\$322 milhões. As outras receitas somaram R\$17 milhões. A receita bruta auferida em 2022 é 16% superior à verificada no exercício anterior. O reajuste tarifário aplicado em julho de 2021 (de 2,55% a.a.), como já

mencionado, refere-se à autorização de 2020, que estava pendente em razão da proibição legal ao aumento de tarifas de serviço público nos períodos de estado de defesa ou calamidade.

Os resultados da Companhia são afetados, entre outros, pelos seguintes fatores:

- a) Crescimento (ou decréscimo) populacional do Estado de Santa Catarina;
- b) Reajustes tarifários e revisões autorizadas pelas agências reguladoras;
- c) Comportamento de consumo da população (volumes faturados);
- d) Custo dos insumos (materiais e serviços) utilizados na prestação dos seus serviços;
- e) Provisões cíveis, trabalhistas e ambientais em função das ações judiciais impetradas contra a Companhia;
- f) Financiamentos obtidos para capital de giro e para ampliação do atendimento.

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

As operações da Companhia são restritas ao mercado interno, não havendo impacto da taxa de câmbio na receita operacional. A receita da Companhia varia de acordo com os reajustes tarifários obtidos e as variações verificadas no número de ligações e nos volumes faturados de água e de esgoto. O reajuste de tarifa segue as orientações estabelecidas pela Lei 11.445 de 05 de janeiro de 2007, que dispõe sobre as diretrizes do saneamento em âmbito nacional. Os reajustes tarifários são autorizados pelas agências reguladoras, que consideram nas suas análises a inflação do período, a variação dos custos operacionais, o volume de investimentos sendo realizado, a remuneração do capital investido e a necessidade de geração de recursos para novos investimentos. Conforme a legislação, a tarifa é reajustada uma vez ao ano, respeitando o intervalo mínimo de 12 meses entre um reajuste e outro. Além disso, a cada cinco anos a Companhia deve passar pela Revisão Tarifária, onde são verificadas possíveis ineficiências e desequilíbrios financeiros e regulatórios. A próxima revisão deve ocorrer em 2023 e culmina com a aplicação de um fator de correção na tarifa, o qual pode ser positivo ou negativo.

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor.

A inflação e as variações de preços incidentes sobre os insumos da Companhia são consideradas pelas agências reguladoras nos cálculos de reajuste e revisão tarifária. Além disso, os contratos de programa assinados com alguns municípios preveem o reequilíbrio econômico-financeiro nessas situações. Dessa forma, a inflação e as variações de preços causam pouco ou nenhum impacto direto no resultado operacional da CASAN.

Já as variações na taxa de câmbio afetam diretamente os resultados financeiros da Companhia. Atualmente, a CASAN possui financiamentos externos junto à JICA e à AFD, os quais estão sujeitos às oscilações do Iene e do Euro, respectivamente.

Os juros acordados nos contratos de financiamento para realização de investimentos e também para obtenção de capital de giro impactam diretamente no resultado financeiro da CASAN. Esse impacto é inevitável devido à demanda por investimentos com vistas à universalização do atendimento de esgoto.

2.3 Os diretores devem comentar:

a) mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Não houve.

b) opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

As demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2022 foram auditadas pela empresa Maciel Auditores Independentes, integrante do grupo **RUSSELL BEDFORD BRASIL AUDITORES INDEPENDENTES S/S**, que emitiu parecer sem ressalva.

OPINIÃO SEM RESSALVA

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (Companhia), as quais compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis supramencionadas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2.4 Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a) introdução ou alienação de segmento operacional.

Não aplicável à CASAN.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

Na Reunião do Conselho de Administração nº 397, de 15 de setembro de 2022, o Conselho de Administração homologou a operação de Aumento de Capital iniciada na RCA nº 395, de 29 de junho de 2022. Com a homologação, mais R\$88.077.882,49 equivalentes à 74.779.174 ações (36.741.524 ações ordinárias e 38.037.650 ações preferenciais) foram integralizados e adicionados ao Capital Social da Companhia que passou de: 1.030.563.140,15 (Um bilhão, trinta milhões, quinhentos e sessenta e três mil, cento e quarenta reais e quinze centavos) para: R\$1.118.641.022,64 (Um bilhão, cento e dezoito milhões, seiscentos e quarenta e um mil, vinte e dois reais e sessenta e quatro centavos), representados por 473.629.304 (Quatrocentos e setenta e três milhões, seiscentos e vinte e nove mil, trezentos e quatro) Ações Ordinárias - ON, e 476.110.281 (Quatrocentos e setenta e seis milhões, cento e dez mil, duzentos e oitenta e uma) Ações Preferenciais – PN. A composição das ações apresenta-se conforme discriminado abaixo:

Posição em 31 de dezembro de 2022.

Acionista	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Governo de SC	415.125.668	87,65	419.284.388	88,06	834.410.056	87,86
CELESC	56.713.251	11,97	56.778.178	11,93	113.491.429	11,95
CODESC	1.733.389	0,37	2.185	0,00	1.735.574	0,18
Outros Acionistas	56.996	0,01	45.530	0,01	102.526	0,01
Total	473.629.304	100	476.110.281	100	949.739.585	100

c) eventos ou operações não usuais.

Não houve.

2.5 Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

- informar o valor das medições não contábeis**
- fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas**
- explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações**

Não foi divulgada nenhuma medição não contábil.

2.6 Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

Não houve até o momento nenhum evento que altere substancialmente as demonstrações financeiras.

2.7 Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:**a) regras sobre retenção de lucros**

A CASAN está obrigada a manter uma reserva legal, devendo destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social até que o valor da reserva atinja 20% do capital integralizado. Porém, a Companhia não é obrigada a destinar nenhum valor à reserva legal em qualquer exercício social em que tal reserva, quando somada às reservas de capital, seja igual ou superior a 30% do capital social total. Eventuais prejuízos líquidos podem ser descontados da reserva legal. Além dessa finalidade, a reserva legal somente poderá ser utilizada para aumentar o capital social da Companhia.

A assembleia geral ordinária que tratar da destinação do lucro líquido do exercício e da distribuição de dividendos deverá reconhecer a formação da reserva legal que deliberar sobre sua destinação,

observados os limites e parâmetros na Lei das Sociedades por Ações. Em caso de reversão da reserva legal para o capital, é defeso à sociedade sua utilização para o pagamento de dividendos em anos subsequentes.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, uma porção do lucro líquido de uma Companhia pode ser destinada à constituição de reservas discricionárias para investimentos, cujo valor é baseado em um orçamento de capital previamente apresentado pela administração da Companhia e aprovado pelos acionistas em assembleia geral. Após concluídos os devidos projetos de capital, a Companhia pode reter a reserva até que os acionistas aprovem a transferência de toda ou parte da reserva para o capital ou para a reserva de lucros acumulados.

Consoante a Lei das Sociedades por Ações, um percentual do lucro líquido pode ser destinado a uma reserva de contingência de prejuízos considerados prováveis em anos futuros. Qualquer valor assim distribuído em um ano anterior deve ser revertido no exercício social em que a perda foi antecipada, se essa perda de fato não ocorrer, ou anulado, no caso em que o prejuízo antecipado ocorrer.

b) regras sobre distribuição de dividendos

O Estatuto da Companhia prevê a distribuição de dividendos obrigatórios de 25% (vinte e cinco por cento) destinados aos acionistas, na proporção das ações que os mesmos possuem, prevê ainda em seu art. 7º § 2º que cada ação preferencial, tem o direito ao recebimento de dividendo 10% (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária, bem como, a distribuição de quaisquer outros proventos em igualdade de condições com as ações ordinárias.

O Art. 68 § 3º do Estatuto Social prevê que o dividendo deverá ser pago, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral no prazo de 60 (sessenta) dias da data em que for declarado e, em qualquer caso, dentro do exercício social.

Os dividendos não reclamados reverterão em favor da Sociedade quando prescreverem, observadas as exigências legais.

c) periodicidade das distribuições de dividendos

Os dividendos são aprovados na Assembleia Geral Ordinária, e distribuídos anualmente no prazo de até 60 dias após a data em que for declarado, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, em qualquer caso, dentro do exercício social.

d) eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

O capital social é representado por ações ordinárias e preferenciais, todas nominativas, na forma escritural, sem valor nominal, observados os limites legais. Sendo que no seu Estatuto Social não existem restrições quanto à distribuição de dividendos de qualquer espécie.

- e) se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Não se aplica.

2.8 Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

- a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:
- i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos
 - ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços
 - iii. contratos de construção não terminada
 - iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Os Diretores da Companhia esclarecem que todos os itens relevantes estão registrados nas demonstrações financeiras ou divulgados nas notas explicativas.

2.9 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

- a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor
- b) natureza e o propósito da operação
- c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Os Diretores da Companhia esclarecem que todos os itens relevantes estão registrados nas demonstrações financeiras ou divulgados nas notas explicativas.

2.10 Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

- a) investimentos, incluindo:
- i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos.
 - ii) fontes de financiamento dos investimentos.
 - iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

Objetivando atender as demandas legais e de seus clientes e as expectativas dos acionistas, a CASAN investiu R\$533 milhões em 2022. O quadro a seguir apresenta os valores investidos no período de 2018 a 2022, bem como as projeções para 2023.

Evolução dos Investimentos – 2018/2022 e Projeção 2023 - (R\$ 1.000.000)

Distribuição dos Investimentos	Realizado					Projetado
	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Água	34	52	77	129	302	605
Esgoto	173	193	271	110	196	304
Outros	31	-	28	13	35	20
Total	238	245	376	252	533	929

Dando prosseguimento a sua política de expansão de atendimento, a CASAN segue ampliando a cobertura dos serviços de coleta e tratamento de esgotamento sanitário. A Companhia visa compatibilizar as metas estabelecidas nos planos de saneamento dos municípios atendidos e sua capacidade de investimento e, assim, seguir em busca da meta do Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB) no que diz respeito a universalização dos serviços prestados. Em 2020 foi aprovada a Lei nº 14.026/2020, que atualizou a Lei 11.445 de 2007 e é conhecida como o Novo Marco do Saneamento. Esta lei trouxe obrigações adicionais para a continuidade da atuação da CASAN. A responsabilidade é grande já que a universalização do atendimento de esgotamento sanitário trará significativos ganhos em qualidade de vida para a população catarinense.

É importante citar que ao final de 2020 o Governo do Estado de Santa Catarina lançou o Planejamento Hídrico, programa que prevê o financiamento estadual para a execução de obras visando a melhoria do abastecimento de água em locais onde a crise hídrica tem gerado impactos significativos. Os valores investidos em água no ano de 2022 e a projeção de investimentos para 2023 reflete o cronograma desses investimentos.

Nesse sentido, o Plano de Investimentos (CAPEX) da CASAN, prevê a execução de mais de R\$ 2 bilhões em investimentos de água e esgoto até o ano de 2028.

Para a execução do seu Plano de Investimentos a CASAN conta atualmente com recursos da União, do Governo do Estado de Santa Catarina e de agentes financiadores nacionais (bancos) e estrangeiros (Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD e Agência de Cooperação Internacional do Japão – JICA), além de parcela significativa de recursos próprios, os quais são aplicados na forma de contrapartida aos recursos financiados; encargos financeiros decorrentes dos financiamentos; ou na realização integral de investimentos.

A CASAN entende que os principais benefícios advindos da melhoria da sua cobertura em abastecimento de água e coleta e tratamento de esgotamento sanitário são:

- Redução com gastos em saúde por parte da população e dos municípios;
- Melhoria nos índices de qualidade de vida, mortalidade infantil e de desenvolvimento social;
- Melhoria da qualidade ambiental dos rios, lagos e mares;

- Melhoria da balneabilidade das praias do litoral catarinense, com o conseqüente retorno econômico pela manutenção e aumento do fluxo de turistas;
- Crescimento das oportunidades de emprego com o desenvolvimento do turismo e da atratividade econômica dos municípios;
- Perspectiva da sustentabilidade socioambiental.

b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não se aplica

c) novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

A Companhia Catarinense de Saneamento é um dos principais consumidores catarinenses de energia elétrica. Seu consumo médio mensal é de aproximadamente 15.800.000 kWh por mês. Este consumo está distribuído em quase 200 municípios. O preço pago pela Casan à Celesc e Cooperativas de distribuição é em média de R\$ 0,516 por kWh (R\$ 516,00 por MWh).

O modelo operacional proposto e assimilado pela Lei Estadual 381/07 é de auto produtor de energia, onde os excedentes são vendidos nas redes existentes ou interligados, próximos as unidades geradoras, no processo conhecido como geração distribuída.

O potencial energético contido nos mananciais de captação tende a ser a porta de entrada definitiva da empresa na área de produção de energia.

Esses projetos, a serem desenvolvidos a longo prazo, serão baseados em estudos de potencial hídrico já realizados.

Inicialmente a empresa deflagrou o estudo e o projeto de engenharia dos mananciais de abastecimento de Florianópolis e de Criciúma. O primeiro foi contratado diretamente pela Casan e resultou em CGH de 0,9 MW. O estudo da Barragem do Rio São Bento, no sul do estado, foi patrocinado pela CELESC- Centrais Elétricas de Santa Catarina, resultando em uma capacidade de produção de 0,9 MW.

d) oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

A CASAN, como foco no trabalho pelo bem-estar da sociedade, destaca as oportunidades ASG:

- a) Educação ambiental através da orientação e fiscalização por meio dos programas chamados

“Trato Pelo Saneamento”. Os Tratos Pelo Saneamento são promovidos pela CASAN com o objetivo de combater a poluição causada pelo esgoto irregular em Santa Catarina - Trato pela Lagoa e Trato pelo Capivari (em Florianópolis); o Trato por Laguna, no Sul do estado e o Trato pelo Araújo, no município de São José.

- b) Programas Socioambientais desenvolvidos em paralelo as obras de esgotamento sanitário como os PTSA - Plano de Trabalho Sócio Ambiental de Criciúma, Florianópolis (SES Insular e SES Saco Grande/Monte Verde), Ibirama, Indaial, Rio do Sul e Santo Amaro da Imperatriz.
- c) Ampliar e consolidar o engajamento das ações de educação ambiental, objetivando reduzir o uso de água, conservação e proteção do meio ambiente com a interligação adequada na rede de coleta e tratamento de esgoto, contribuindo assim como ação, participação, diálogo e atuação coletiva, a partir da busca por estruturação e fortalecimento de arranjos institucionais municipais, iniciativas de planejamento e gestão na inserção de critérios ambientais na tomada de decisões, através da articulação dos seus empregados junto à instituições.
- d) Formação de grupos de trabalho, interno da CASAN, para reconhecer a realidade, potencialidades e desafios próprios das regiões onde a CASAN atua e por fim definir quais caminhos serão trilhados na busca da sustentabilidade da vida, com menos exclusão e justiça ambiental.
- e) Obter a regularização ambiental de diversos Sistemas de Abastecimento de Água operados pela Companhia com a implantação dos Sistemas de Tratamento de Efluentes para desaguamento e destino final do lodo (sólidos), resultantes do processo de tratamento de água;
- f) Institucionalmente a Companhia deverá gerir os desafios advindos do Novo Marco do Saneamento, com a instituição das estruturas de governança das Regiões Metropolitanas para prestação regionalizada dos serviços de saneamento;
- g) Consolidar a Companhia como instituição integrada aos ODS, que a partir de 2022 tornou-se signatária do Movimento ODS Santa Catarina, programa formado por instituições comprometidas com a melhoria da qualidade de vida da sociedade catarinense e que impulsiona os compromissos da ONU para o Desenvolvimento Sustentável.

2.11 Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Não existem outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

C) ELEIÇÃO DE MEMBROS TITULARES E SUPLENTE DO CONSELHO FISCAL;

O Conselho Fiscal da Companhia é constituído por cinco membros efetivos e cinco membros suplentes, eleitos quando da realização da AGO e com mandato de duração de 2 (dois) anos, permitidas, no máximo, 2 (duas) reconduções consecutivas.

Em virtude do término do mandato dos atuais membros do Conselho Fiscal, a companhia apresenta os candidatos para compor o Conselho Fiscal no Biênio 2023/2024.

Prazo do Mandato: 29 de abril de 2025.

Salientamos que em conformidade com o determinado na Lei nº 13.303/2016 e no Estatuto da Companhia, a posse dos candidatos eleitos está condicionada à análise e validação do Comitê de Elegibilidade da Companhia.

SÃO INDICADOS PELO ACIONISTA MAJORITÁRIO OS SEGUINTE CANDIDATOS:

Nome: **Alcides Alves de Andrade Neto**

CPF: 932.609.549-53

Data de Nascimento: 16/10/1974

Bacharel em Direito e Ciências da Computação

Cargo pleiteado: Conselheiro Fiscal - Titular

Experiência Profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de independência

Possui graduação em Ciências da Computação pela Universidade Federal de Santa Catarina (1998), Bacharel em Direito pelo CESUSC (2019). Atuou como Secretário Adjunto de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia da Prefeitura Municipal de Florianópolis entre 2009 e 2010. Foi Superintendente de Assuntos Institucionais da Prefeitura Municipal de Florianópolis entre 2017 e 2019. Secretário Adjunto de Administração da Prefeitura Municipal de Florianópolis em 2019. Em 2022 foi Superintendente do CRECI-SC (autarquia federal). Atualmente é assessor da Presidência do CRECI-SC.

Nome: **Anderson Miguel Chaves de Cordeiro**

CPF: 041.619.489-30

Data de Nascimento: 02/04/1986

Bacharel em Direito

Cargo pleiteado: Conselheiro Fiscal - Suplente

Experiência Profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de independência

Advogado, com certificação em Administração de Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, pós-graduando em Direito Ambiental e Urbanístico. Trabalhou no Banco Bradesco (2010-2016) e atuou ao longo desses anos como Gerente Assistente - Pessoa Jurídica, Gerente de Relacionamento - Seguimento Exclusive e Gerente de Apoio às Micro e Pequenas Empresas; foi Assessor Jurídico na Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável, Florianópolis – SC (2016-2018); Membro da Comissão Mista de Certificação de Responsabilidade Social na ALESC, Florianópolis – SC (2019); Consultor Jurídico na Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável, Florianópolis – SC (2018-2021); Consultor Executivo na Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDE), Florianópolis – SC (2021-2022). Atualmente é Conselheiro no Programa de Integridade e Compliance (SDE), Florianópolis – SC; Membro da ABEMA Associação Brasileira de Entidades do Meio Ambiente (ABEMA), Brasília – DF; Conselheiro no Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA), Florianópolis – SC; Ponto Focal no Programa de Integridade e Compliance da Administração Pública Estadual - Controladoria Geral do Estado - CGE, Florianópolis – SC; Conselheiro Suplente no Conselho Gestor do Fundo de Habitação Popular de SC, Florianópolis – SC; Conselheiro no Conselho Nacional do Programa de Transição Energética Justa (CTEJ) - Casa Civil da Presidência da República (CC/PR), Brasília – DF; e Chefe de Gabinete Casa Civil do Estado de Santa Catarina.

Nome: **Fábio Wagner Pinto**

CPF: 024.840.479-24

Data de Nascimento: 08/08/1978

Bacharel Engenharia Mecânica

Cargo pleiteado: Conselheiro Fiscal - Titular

Experiência Profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de independência

Possui graduação e mestrado em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal de Santa Catarina, doutorado em Engenharia na DIE EIDGNENOSSISCHE TECHNISCHE HOCHSCHULE ZURICH. É Sócio Diretor da Empresa Eins Soluções em Engenharia LTDA e atua como coordenador de Engenharia na empresa Plenum Bioengenharia LTDA.

Nome: **Lisandro José Fendrich**

CPF: 014.490.299-06

Data de Nascimento: 23/11/1977

Ciências da Computação

Cargo pleiteado: Conselheiro Fiscal - Suplente

Experiência Profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de independência

Graduado em Ciências da Computação em 2002 pela ACE – Joinville; Especialização em Engenharia de Produção pela CCT-UDESC em 2006; Mestrado em Administração pela ESAG-UDESC em 2014; Experiência Profissional: 2000 a 2002 – Operador de ETA no Samae – Serviço de Abastecimento de Água; 2002 a 2006 – Professor Universitário na UDESC/CEPLAN – São Bento do Sul; 2004 a 2010 – Professor Universitário na UNIVILLE – São Bento do Sul; 2004 a 2012 Analista de Sistemas na Prefeitura de São Bento do Sul e 2012 atual Gerente de Planejamento, Administração na Secretaria de Estado da Casa Civil. Não houve qualquer condenação na forma prevista no item 12.5n

Nome: **Natan Marcondes Monteiro Osorio**

CPF: 008.392.409-45

Data de Nascimento: 07/01/1985

Engenheiro Cartógrafo

Cargo pleiteado: Conselheiro Fiscal - Titular

Experiência Profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de independência

Possui graduação em Engenharia Cartográfica pela Universidade Federal do Paraná (2009), Esp. Administração Pública e Gerência de Cidades pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER). É servidor efetivo do Município de Patos/PB (à disposição). Atuou como Diretor Técnico (2006 – 2011) na empresa Cadastral Survey; Chefe da Divisão de Cadastro da SEPLAN (2013 – 2014) no Município de João Pessoa (PB); Secretário Parlamentar (2014 – 2014) na Assembleia Legislativa de Santa Catarina (ALESC); Assessor Parlamentar (2015 – 2015) na Câmara dos Deputados;

Assessor de Gabinete (2016 – 2018) na Secretária de Estado da Agricultura Familiar e Desenvolvimento do Semiárido (PB); Diretor de Administração Predial (2016 – 2019) na Justiça Federal da Paraíba; Assessor Parlamentar (2019 – 2022) no Senado Federal; Atualmente é Subchefe da Casa Civil no Governo do Estado de Santa Catarina.

Nome: **Estener Soratto da Silva**

CPF: 015.036.889-50

Data de Nascimento: 16/05/1977

Bacharel em Direito

Cargo pleiteado: Conselheiro Fiscal - Suplente

Experiência Profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de independência

Advogado, se formou em Direito pela Universidade do Vale do Itajai em 1999. Atuou como Secretário de Administração da Prefeitura de Tubarão.

D) ELEIÇÃO DE MEMBROS TITULAR E SUPLENTE DO CONSELHO FISCAL REPRESENTANTE DOS ACIONISTAS MINORITÁRIOS;

Até a divulgação dessa proposta a Companhia recebeu a indicação dos seguintes candidatos para vaga de titular de representante dos acionistas minoritários no Conselho Fiscal e indicação de um candidato para vaga suplente de representante dos acionistas minoritários no Conselho Fiscal.

Caso ocorram novas indicações até a realização da AGO, estas serão informadas através de Aviso aos Acionistas.

É INDICADO PELOS ACIONISTAS MINORITÁRIOS O SEGUINTE CANDIDATO:

Alexandre Pedercini Issa

CPF: 054.113.616-05

Data de Nascimento: 06/03/1982

Administrador

Cargo pleiteado: Conselheiro Fiscal - Titular

Experiência Profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de independência

Bacharel em Administração pela Faculdade Milton Campos em 2004. MBA - Pós Graduado em Gestão Estratégica de Negócios pela Universidade Fumec em 2012. Conselheiro de Administração Experiente Certificado pelo IBGC. De 2022 – Atual – Conselheiro Fiscal na CEB Companhia Energética de Brasília S.A. De 2020 – Atual – Conselheiro de Administração no BANDES – Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo De 2020 – Atual – Conselheiro Fiscal na COMGÁS Companhia de Gás de São Paulo S.A. De 2020 - Atual – Conselheiro Fiscal na Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN De 2017 - 2021 – Conselheiro de Administração do BASA – Banco da Amazônia S.A. De 2017 a 2020 – Conselheiro Fiscal da Cia de Saneamento do Estado de São Paulo S.A. De abril/2015 – maio/2016 – Conselheiro Fiscal Suplente da CEMIG – Companhia Energética de Minas Gerais S.A. De janeiro/2015 – setembro/2015 – Conselheiro de Administração Suplente da GASMIG – Companhia de Gás de Minas Gerais S.A. De 2013 a 2015 – Conselheiro Fiscal da CEMIGTELECOM – CEMIG Telecomunicações S.A. De 2011 a 2016 – Conselheiro de Administração da COPASA MG – Companhia de Saneamento de Minas Gerais S.A.

Genival Francisco da Silva

CPF: 003.736.268-27

Data de Nascimento: 18/11/1959

Contador

Cargo pleiteado: Conselheiro Fiscal - Suplente

Experiência Profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de independência

Mestrando em Agronegócios pela FGV/ESALQ. Bacharel em Ciências Contábeis pela PUC/SP. MBA Executivo em administração avançada HBS Boston, Pós graduação em Política Estratégica USP/SP. Diplomado na Escola Superior de guerra ADESG/SP, Conselheiro Fiscal Certificado IBGC/SP Brasil. Atualmente é Consultor Financeiro e atua na Assessoria Empresarial implementando governança corporativa em empresas familiares de médio porte além de atuar na reestruturação organizacional e participar de conselhos fiscais. De 1982 à 1992 atuou na Ernst Young Auditoria e Consultoria. De 1992 e 1994 foi Diretor de controladoria no Banco ABC Roma S.A. De 1994 a 2007 – Atuou na diretoria e presidência do Banco FICSA S.A. De 2007 até hoje é sócio da GOLFOX Intermediação e negócios. Já atuou como membro titular do conselho fiscal da LAUREATE – Anhembi Morumbi Instituto de Ensino, da Azevedo Travassos Engenharia S.A., como membro suplente do conselho fiscal da Companhia de gás de São Paulo S.A. – COMGÁS, da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN do Banco Bradesco S.A. e do Banco ABC Brasil S.A. Atuou, também, no conselho de administração do Banco da Amazônia S.A.

E) ELEIÇÃO DE MEMBROS TITULAR E SUPLENTE DO CONSELHO FISCAL REPRESENTANTE DOS ACIONISTAS MINORITÁRIOS PREFERENCIALISTAS;

Até a divulgação dessa proposta a Companhia recebeu a indicação dos seguintes candidatos para vaga de titular de representante dos acionistas minoritários preferencialistas no Conselho Fiscal e indicação de um candidato para vaga suplente de representante dos acionistas minoritários preferencialistas no Conselho Fiscal.

Caso ocorram novas indicações até a realização da AGO, estas serão informadas através de Aviso aos Acionistas.

É INDICADA PELOS ACIONISTAS MINORITÁRIOS PREFERENCIALISTAS A SEGUINTE CANDIDATA:

Gabriela Soares Pedercini

CPF: 085.995.616-42

Data de Nascimento: 02/06/1980

Engenheira Eletricista

Cargo pleiteado: Conselheiro Fiscal - Titular

Experiência Profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de independência

Bacharel em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, MBA Finanças – Instituto Brasileiro de Capitais – IBMEC. É membro Titular do Conselho Fiscal da Telefônica Brasil S. A.(Maio/2020–Atual). É membro Titular do Conselho Fiscal do Banco ABC Brasil S. A.(Abril/2020–Atual). É membro Engenheira de projetos e Obras da GASMIG – Companhia de Gás de Minas Gerais (Novembro/2013–Atual). Foi membro Titular do Conselho Fiscal da IRB Brasil RE – Instituto de Resseguros do Brasil.(Março/2020 - Julho/2020).

Eduardo José de Souza - Suplente

CPF: 125.383.616-72

Data de Nascimento: 18/09/1950

Administrador

Cargo pleiteado: Conselheiro Fiscal - Suplente

Experiência Profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de independência

Formado em Administração pelo Instituto Cultural Newton Paiva Ferreira em 1979, pós-graduado em Ciências Contábeis pela Fundação Getúlio Vargas - FGV em 1998. Dentre suas atividades relevantes exerceu o cargo de Conselheiro Fiscal da Companhia de Gás de Minas Gerais - GASMIG nos períodos de 29/04/2001 a 16/11/2005 e 29/04/2011 a 29/04/2015. Conselheiro de Administração da Companhia de Águas e Saneamento de Santa Catarina (Outubro/2020 a fevereiro/2023). Conselheiro Fiscal da São Paulo Turismo S.A. – SPTURIS (Abril/2019 a abril/2022). Atua como Conselheiro Fiscal do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S.A. – BANDES desde Julho de 2017. Atua como conselheiro fiscal suplente da transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. TAESA desde abril/2017.

Informações indicadas no item 7.3 a 7.6 do formulário de referência:

7.3 Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:

- a) nome
- b) data de nascimento
- c) profissão
- d) CPF ou número do passaporte
- e) cargo eletivo ocupado
- f) data de eleição
- g) data da posse
- h) prazo do mandato
- i) se foi eleito pelo controlador ou não
- j) se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria
- k) caso o administrador ou conselheiro fiscal venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos
- l) principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.
- m) descrição de quaisquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:
 - i. condenação criminal
 - ii. condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas
 - iii. condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

Nome	Nascimento	Profissão	CPF	Cargo eletivo	Data da eleição	Data da posse	Prazo do mandato	Indicado pelo controlador	Membro independente	Início dos mandatos consecutivos	Experiência profissional anterior	Condenações
Alcides Alves de Andrade Neto	16/10/74	Bacharel em Direito e Ciências da Computação	932.609.549-53	Conselheiro Fiscal Titular	28/04/23	30/04/23	29/04/25	Sim		24/02/23	Já descrita na proposta	Não há
Anderson Miguel Chaves de Cordeiro	02/04/86	Bacharel em Direito	041.619.489-30	Conselheiro Fiscal Suplente	28/04/23	30/04/23	29/04/25	Sim		24/02/23	Já descrita na proposta	Não há
Fábio Wagner Pinto	08/08/78	Bacharel Engenharia Mecânica	024.840.479-24	Conselheiro Fiscal Titular	28/04/23	30/04/23	29/04/25	Sim		24/02/23	Já descrita na proposta	Não há
Lisandro José Fendrich	23/11/77	Ciências da Computação	014.490.299-06	Conselheiro Fiscal Suplente	28/04/23	30/04/23	29/04/25	Sim		01/04/15	Já descrita na proposta	Não há
Natan Marcondes Monteiro Osorio	07/01/85	Engenheiro Cartógrafo	008.392.409-45	Conselheiro Fiscal Titular	28/04/23	30/04/23	29/04/25	Sim		24/02/23	Já descrita na proposta	Não há
Estener Soratto da Silva	16/05/77	Bacharel em Direito	015.036.889-50	Conselheiro Fiscal Suplente	28/04/23	30/04/23	29/04/25	Sim		24/02/23	Já descrita na proposta	Não há
Alexandre Pedercini Issa	06/03/82	Administrador	054.113.616-05	Conselheiro Fiscal Titular representante dos minoritários ordinaristas	28/04/23	30/04/23	29/04/25	Não	Sim	18/06/20	Já descrita na proposta	Não há
Genival Francisco da Silva	18/11/59	Contador	003.736.268-27	Conselheiro Fiscal Suplente representante dos minoritários ordinaristas	28/04/23	30/04/23	29/04/25	Não	Sim	29/04/21	Já descrita na proposta	Não há
Gabriela Soares Pedercini	02/06/80	Engenheira Eletricista	085.995.616-42	Conselheiro Fiscal Titular representante dos preferencialistas	28/04/23	30/04/23	29/04/25	Não	Sim	-	Já descrita na proposta	Não há
Eduardo José de Souza	18/09/50	Administrador	125.383.616-72	Conselheiro Fiscal Suplente representante dos preferencialistas	28/04/23	30/04/23	29/04/25	Não	Sim	-	Já descrita na proposta	Não há

7.4 Fornecer as informações mencionadas no item 7.3 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários.

Não se aplica

7.5 Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

- a) administradores do emissor**
- b) (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor**
- c) (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor**
- d) (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor**

Não há

7.6 Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

- a) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, participação igual ou superior a 99% (noventa e nove por cento) do capital social**
- b) controlador direto ou indireto do emissor**
- c) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas**

Não se aplica

F) FIXAÇÃO DOS HONORÁRIOS DOS ADMINISTRADORES, MEMBROS TITULARES DO CONSELHO FISCAL E MEMBROS DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO.

De acordo com o que estabelece a Instrução artigo 13, incisos I e II da Resolução CVM 81 e item 8 do Formulário de Referência:

I - A proposta de remuneração dos administradores:

Em atendimento ao contido no Art. 152, da Lei nº 6.404/76, propõe-se fixar um valor global de até R\$ 4.091.115,90 (Quatro milhões, noventa e um mil, cento e quinze reais e noventa centavos) a ser despendido com honorários, verbas de representação, encargos sociais, 13º salário, adicional de férias, plano de saúde, vale-alimentação, diárias, deslocamentos referentes ao pagamento de passagens e reembolsos de despesas de combustível para deslocamento dos Conselheiros, na forma do regulamento, e Plano Previdenciário CASANPREV, para o período compreendido entre maio de 2023 e abril de 2024, estando contidos nestes valores os honorários dos Conselheiros de Administração e Fiscal fixados em 20% (vinte por cento) dos honorários de Diretor Executivo, não computada a verba de representação. Autorizar ainda a majoração da remuneração individual dos Administradores e Conselheiros Fiscais, na mesma época, e no limite do percentual que vier, eventualmente, a ser concedido aos empregados da Companhia.

II - As informações indicadas no item 8 do formulário de referência:

8.1 Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado:

A política de remuneração dos conselheiros e diretores da CASAN é baseada no desempenho, competitividade de mercado, ou outros atributos afetos à atividade da empresa, sendo sujeita à aprovação pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária

b) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

Assembleia Geral dos Acionistas é o órgão deliberativo para estabelecer a remuneração dos administradores.

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

O valor global da remuneração dos administradores da sociedade é estabelecido na Assembleia dos Acionistas onde é fixado o valor máximo projetado para cada exercício, sendo autorizada a majoração da remuneração individual dos Administradores e Conselheiros Fiscais na mesma época e percentuais que vierem eventualmente a ser concedidos aos empregados da Companhia por força de Acordo Coletivo de Trabalho.

Nesta Assembleia também é fixada a remuneração individual dos Diretores Executivos e dos Conselheiros de Administração e Fiscal, que equivale a 20% (vinte por cento) da remuneração dos Diretores Executivos, não computados benefícios e verbas de representação.

O Diretor Presidente recebe além da remuneração fixa, mais 40% sob a aludida, a título de verba de representação.

iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

A avaliação é anual. A política de remuneração dos conselheiros e diretores da CASAN sujeita-se à aprovação pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária, considerando-se a responsabilidade assumida pelos administradores, sua competência e reputação profissionais, o tempo dedicado ao exercício das funções, e o valor dos seus serviços no mercado.

c) composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:

- **Honorários:** remuneração pelo exercício dos cargos de Diretores e membros do Conselho (Conselho de Administração, Fiscal, Comitê de Auditoria Estatutária e Diretoria). Os objetivos são reconhecer e refletir o valor do cargo internamente (empresa) e externamente (mercado de trabalho), em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração.
- **Representação:** gratificação adicional concedida ao Diretor Presidente em decorrência das responsabilidades inerentes ao exercício do cargo máximo de representação da Companhia.
- **Benefícios:** tem por objetivo estender similarmente aos Diretores Estatutários os benefícios concedidos aos empregados: férias; gratificação de férias; 13º salário; auxílio correção estética por acidente de trabalho; complementação de diárias hospitalares por acidente de trabalho; vale alimentação/refeição e assistência médica e odontológica.
- **Participação nos Resultados:** o recebimento de participação nos lucros é eventual, e os administradores somente farão jus a esta no exercício social em que for atribuído aos acionistas o dividendo obrigatório.

ii. razões que justificam a composição da remuneração

O incentivo ao bom desempenho pessoal e a adoção de adequada política motivacional é justificado pela valorização profissional dos diretores, que se traduz em fortalecimento da governança corporativa da Companhia em sintonia com as diretrizes do Governo do Estado.

A atuação dos conselheiros de administração pressupõe mobilização permanente para acompanhar as atividades da Companhia e deliberar sobre as políticas macro.

iii. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

A diretora presidente não recebe remuneração por participar como membro do Conselho de Administração, visto que de acordo com o Estatuto Social da CASAN veda a acumulação de remunerações ou honorários pela atuação em mais de um órgão estatutário na Companhia, cabendo ao interessado, neste caso, optar pela remuneração de apenas um deles.

d) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não há.

e) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não há remuneração ou benefício vinculado a essa condição.

8.2 Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a) órgão
- b) número total de membros
- c) número de membros remunerados
- d) remuneração segregada em:
 - i. remuneração fixa anual, segregada em:
 - salário ou pró-labore
 - benefícios diretos e indiretos
 - remuneração por participação em comitês
 - outros

Ano Base: 2022					
Descrição	Conselho de Administração *	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Comitê de Auditoria Estatutária	Totais
Número Total de membros*	9	5	5	3	22
Número de membros Remunerados	7	5	5	3	20
Remuneração Segregada em:					
Remuneração Fixa Anual, segregada em:	478.618,64	2.708.745,87	349.183,80	221.310,78	3.757.859,09
- Salário ou pró-labore	463.640,04	1.577.882,04	341.158,92	205.088,88	2.587.769,88
- Benefícios e encargos	14.978,60	1.007.499,59	8.024,88	16.221,90	1.046.724,97
- Remuneração por participação comitês	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Outros - Representação	0,00	123.364,24	0,00	0,00	123.364,24
Remuneração variável, segregada em:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Participação nos resultados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Remuneração por participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Díarias	66.590,00	54.465,00	0,00	0,00	121.055,00
Benefícios motivados pela cessação do	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rem. baseada em ações, incluindo opções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor mensal da remuneração	38.636,67	131.490,17	28.429,91	17.090,74	215.647,49
Total da remuneração	545.208,64	2.763.210,87	349.183,80	221.310,78	3.878.914,09

Fonte GRH

* Conselheiro Administrativo são 7 + representante dos empregados + diretora presidente (não remunerada).

Ano Base: 2021					
Descrição	Conselho de Administração *	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Comitê de Auditoria Estatutária	Totais
Número Total de membros*	7	4	5	3	19
Número de membros Remunerados	7	4	5	3	19
Remuneração Segregada em:					
Remuneração Fixa Anual, segregada em:	492.771,89	2.108.263,71	351.979,92	211.187,95	3.164.203,47
- Salário ou pró-labore	410.643,24	1.145.131,35	293.316,60	175.989,96	2.025.081,15
- Benefícios e encargos	82.128,65	850.019,16	58.663,32	35.197,99	1.026.009,12
- Remuneração por participação comitês	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Outros - Representação	0,00	113.113,20	0,00	0,00	113.113,20
Remuneração variável, segregada em:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Participação nos resultados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Remuneração por participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diárias	12.420,00	15.210,00	0,00	0,00	27.630,00
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rem. baseada em ações, incluindo opções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor mensal da remuneração	34.220,27	95.427,61	24.443,05	14.665,83	168.756,76
Total da remuneração	505.191,89	2.123.473,71	351.979,92	211.187,95	3.191.833,47

Fonte GRH

* Conselheiro Administrativo são 7 + representante dos empregados + diretora presidente (não remunerada).

Ano Base: 2020					
Descrição	Conselho de Administração *	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Comitê de Auditoria Estatutária	Totais
Número Total de membros*	9	4	5	3	21
Número de membros Remunerados	8	4	5	3	20
Remuneração Segregada em:					
Remuneração Fixa Anual, segregada em:	535.954,92	1.951.192,28	351.979,92	211.187,95	3.050.315,07
- Salário ou pró-labore	446.629,10	1.104.751,84	293.316,60	175.989,96	2.020.687,50
- Benefícios e encargos	89.325,82	735.046,30	58.663,32	35.197,99	918.233,43
- Remuneração por participação comitês	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Outros - Representação	0,00	111.394,14	0,00	0,00	111.394,14
Remuneração variável, segregada em:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Participação nos resultados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Remuneração por participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diárias	12.420,00	10.980,00	0,00	0,00	23.400,00
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rem. baseada em ações, incluindo opções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor mensal da remuneração	37.219,09	92.062,65	24.443,05	14.665,83	168.390,63
Total da remuneração	548.374,92	1.962.172,28	351.979,92	211.187,95	3.073.715,07

Fonte GRH

* Conselheiro Administrativo são 7 + representante dos empregados + diretora presidente (não remunerada).

ii. remuneração variável, segregada em:

Não há na Companhia nenhum plano de remuneração variável.

iii. benefícios pós-emprego

Não há na Companhia nenhum benefício pós-emprego.

iv. benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo

Não há na Companhia nenhum benefício pela cessação do exercício do cargo.

v. remuneração baseada em ações, incluindo opções

Não há até a presente data na Companhia, remuneração baseada em ações.

8.3 Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não há na Companhia nenhum plano de remuneração variável.

8.4 Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

- a) termos e condições gerais
- b) data de aprovação e órgão responsável
- c) número máximo de ações abrangidas
- d) número máximo de opções a serem outorgadas
- e) condições de aquisição de ações
- f) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício
- g) critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício
- h) forma de liquidação
- i) restrições à transferência das ações
- j) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano
- k) efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Não há até a presente data na Companhia, remuneração baseada em ações.

8.5 Em relação à remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a) órgão
- b) número total de membros
- c) número de membros remunerados
- d) preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:
 - i. em aberto no início do exercício social
 - ii. perdidas e expiradas durante o exercício social
 - iii. exercidas durante o exercício social
- e) diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto

Não houve e não há até a presente data na Companhia, remuneração baseada em ações.

8.6 Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a) órgão
- b) número total de membros
- c) número de membros remunerados
- d) data de outorga
- e) quantidade de opções outorgadas
- f) prazo para que as opções se tornem exercíveis
- g) prazo máximo para exercício das opções
- h) prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções
- i) valor justo das opções na data da outorga
- j) multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga

Não se aplica à Companhia em função de não se enquadrar até a presente data nessa condição.

8.7 Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do

último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a) órgão
- b) número total de membros
- c) número de membros remunerados
- d) em relação às opções ainda não exercíveis
 - i. quantidade
 - ii. data em que se tornarão exercíveis
 - iii. prazo máximo para exercício das opções
 - iv. prazo de restrição à transferência das ações
 - v. preço médio ponderado de exercício
 - vi. valor justo das opções no último dia do exercício social
- e) em relação às opções exercíveis
 - i. quantidade
 - ii. prazo máximo para exercício das opções
 - iii. prazo de restrição à transferência das ações
 - iv. preço médio ponderado de exercício
 - v. valor justo das opções no último dia do exercício social
- f) valor justo do total das opções no último dia do exercício social

Não se aplica a Companhia em função de não enquadrar-se até a presente data nessa condição.

8.8 Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a) órgão
- b) número total de membros
- c) número de membros remunerados
- d) número de ações
- e) preço médio ponderado de exercício
- f) preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas
- g) multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas

Não aplicável, pois não há até a presente data, remuneração baseada em ações.

8.9 Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a) órgão
- b) número total de membros
- c) número de membros remunerados
- d) diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários

Não há até a presente data na Companhia, remuneração baseada em ações.

8.10 Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a) órgão

Não se aplica

b) número total de membros

Não se aplica

c) número de membros remunerados

Não se aplica

d) data de outorga

Não se aplica

e) quantidade de ações outorgadas

Não se aplica

f) prazo máximo para entrega das ações

Não se aplica

g) prazo de restrição à transferência das ações

Não se aplica

h) valor justo das ações na data da outorga

Não se aplica

i) multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga

Não se aplica

8.11 Em relação às ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

a) órgão

não se aplica

b) número total de membros

não se aplica

c) número de membros remunerados

não se aplica

d) número de ações

não se aplica

e) preço médio ponderado de aquisição

não se aplica

f) preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas

não se aplica

g) multiplicação do total das ações adquiridas pela diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas

não se aplica

8.12 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

a) modelo de precificação

b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

d) forma de determinação da volatilidade esperada

e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não aplicável, pois não há até a presente data, remuneração baseada em ações.

8.13 Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão.

Ano Base: 2022			
ACIONISTAS	AÇÕES ON QUANTIDADE	AÇÕES PN QUANTIDADE	TOTAL QUANTIDADE
DIRETORIA*	1	0	1
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO **	7	0	7
CONSELHO FISCAL	3	0	3

*Refere-se ao Diretor Presidente também membro do Conselho de Administração

**Conselheiros Administrativos são 7 + Diretor Presidente + representante dos empregados

8.14 Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

- a) órgão
- b) número total de membros
- c) número de membros remunerados
- d) nome do plano
- e) quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar
- f) condições para se aposentar antecipadamente
- g) valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
- h) valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
- i) se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições

Descrição	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Órgão	Não há conferência de planos específicos para Conselheiros de Administração e Diretores, sendo-lhes facultada a adesão ao plano conferido para os demais servidores.	Não há conferência de planos específicos para Conselheiros de Administração e Diretores, sendo-lhes facultada a adesão ao plano conferido para os demais servidores.
Número de membros	0	5
Nome do Plano	Casanprev	Casanprev
Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar.	0	0
Condições para se aposentar antecipadamente	Não Há	Não Há
Valor acumulado atualizado das contribuições acumuladas até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores	Não divulgável por se tratar de valor de titularidade individual	Não divulgável por se tratar de valor de titularidade individual
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	Não divulgável por se tratar de valor de titularidade individual	Não divulgável por se tratar de valor de titularidade individual
Possibilidade de resgate antecipado e condições	Não há possibilidade de resgate antecipado das contribuições da mantenedora, apenas daquelas arcadas pelo beneficiário, em caso de desligamento da Companhia.	Não há possibilidade de resgate antecipado das contribuições da mantenedora, apenas daquelas arcadas pelo beneficiário, em caso de desligamento da Companhia.

Fonte: GRH

8.15 Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

- órgão
- número total de membros
- número de membros remunerados
- valor da maior remuneração individual
- valor da menor remuneração individual
- valor médio de remuneração individual (total da remuneração dividido pelo número de membros remunerados)

Ano Base: 2022					
Descrição	Conselho de	Diretoria	Conselho Fiscal	Comitê de Auditoria	
Número de Membros	7	5	5	3	
Valor da maior remuneração Individual	R\$ 5.915,54	R\$ 41.408,74	R\$ 5.915,54	R\$ 5.915,54	
Valor da menor remuneração Individual	R\$ 5.915,54	R\$ 29.577,68	R\$ 5.915,54	R\$ 5.915,54	
Valor médio remuneração Individual	R\$ 5.915,54	R\$ 35.493,21	R\$ 5.915,54	R\$ 5.915,54	

Fonte: GRH

Ano Base: 2021					
Descrição	Conselho de	Diretoria	Conselho Fiscal	Comitê de Auditoria	
Número de Membros	9	4	5	3	
Valor da maior remuneração Individual	R\$ 5.259,66	R\$ 36.817,58	R\$ 5.259,66	R\$ 5.259,66	
Valor da menor remuneração Individual	R\$ 5.259,66	R\$ 26.298,28	R\$ 5.259,66	R\$ 5.259,66	
Valor médio remuneração Individual	R\$ 5.259,66	R\$ 31.557,93	R\$ 5.259,66	R\$ 5.259,66	

Fonte: GRH

Ano Base: 2020					
Descrição	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Comitê de Auditoria Estatutária	
Número de Membros	9	4	5	3	
Valor da maior remuneração Individual	R\$ 4.888,61	R\$ 33.398,66	R\$ 4.888,61	R\$ 4.888,61	
Valor da menor remuneração Individual	R\$ 4.888,61	R\$ 24.443,05	R\$ 4.888,61	R\$ 4.888,61	
Valor médio remuneração Individual	R\$ 4.888,61	R\$ 28.920,86	R\$ 4.888,61	R\$ 4.888,61	

Fonte: GRH

8.16 Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor.

Não há. Após cessação do exercício dos cargos de Diretoria, Conselho de Administração e Fiscal não há nenhum benefício para os ocupantes desses cargos.

8.17 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

Encerramento Exercício	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Comitê de Auditoria Estatutária	Total
31/12/2020	17,57%	63,97%	11,54%	6,92%	100,00%
31/12/2021	15,57%	66,63%	11,12%	6,67%	100,00%
31/12/2022	19,69%	64,92%	9,11%	6,28%	100,00%

Fonte GRH

8.18 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

Não aplicável.

8.19 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.

Não aplicável.

8.20 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

Não há outras informações julgadas relevantes.
